

INTRODUÇÃO

Na literatura consultada, verifica-se que, nos últimos anos, a grande parte das experiências e investigações desenvolvidas na área da Museologia refere-se ao papel do museu centrado na questão da sua dimensão pedagógica, sendo que, em geral, concebe-se essa dimensão, como a mera reprodução dos conteúdos transmitidos em sala de aula, utilizando o espaço do museu e as suas coleções. Salienta-se que, na maioria das vezes, os programas educativos desenvolvidos pelos museus com a rede escolar, não passam de atividades eventuais, ao mesmo tempo em que as ações museológicas de pesquisa, conservação, exposição e documentação, têm sido ineficazes no sentido de fornecer o suporte necessário para a construção de uma nova prática pedagógica.

Neste sentido, objetiva-se com a presente pesquisa, analisar e sugerir a possibilidade de realização de uma nova prática pedagógica no museu, através de uma análise de historicidade do objeto museal, que deverá embasar todo o processo documental, entendido como suporte básico para a realização da comunicação no museu. No presente trabalho, considera-se a historicidade a partir das teias de relações que são estabelecidas, através de uma manifestação cultural, isto é, o processo de produção do homem em determinado momento histórico, dando significado ao espaço-tempo do contexto primário e museológico no qual o objeto museal está inserido.

O que se observa nas exposições é a negação da dimensão pedagógica, na concepção de historicidade enfocada anteriormente, na medida em que reforça as aparências, dando ênfase aos valores estéticos, exóticos, antiguidades, raridades, etc. do acervo, como também, escamoteando as relações do homem com o seu meio, priorizando uma abordagem puramente factual, onde os objetos são expostos obedecendo uma fragmentação e uma linearidade histórica. Simbolizam assim, um

templo de raridade e coisas exóticas. Resultado de um processo documental onde a pesquisa é realizada sem a análise das teias de relações, ocorrendo na maioria das vezes a coleta de dados que vai responder apenas aos aspectos físicos do objeto em estudo, divorciado de um entendimento mais global, principalmente no que se refere a concepção educativa do processo documental.

Apesar de ser um tema desenvolvido nos trabalhos científicos e práticos de estudiosos do assunto, a discussão da dimensão pedagógica do Museu é abordada pelos mesmos, de forma diferenciada, o que tem dificultado a identificação do que seriam as ações museológicas visando o papel educativo do Museu.

Para Bohan (1987) (1),

... a problemática pedagógica dos museus é extremamente complexa. Podemos destacar, tal como fizeram alguns representantes canadenses na última Conferência Geral do ICOM, que a presença da criança no museu deve ser absolutamente espontânea; não sendo assim, ela conservará para sempre a imagem do museu como mais uma imposição da escola.*

Por outro lado, Giraudy (1990) (2) destaca a problemática em estudo, quando chama atenção para o fato dos objetos serem expostos com

etiquetas pouco legível, as obras são acompanhadas de informações herméticas, retiradas de catálogos racionais de autoria de velhos conservadores de museu, calvos e reumáticos

* Conselho Internacional de Museus - UNESCO.

(...), durante o percurso do circuito, cada visitante reconhece os nomes próprios que significam "obras-primas", mas sem saber a que relacionar, a sociedade, os hábitos e as rupturas que provocaram o nascimento dessa obra única que atravessou séculos e hoje nos diz respeito.

Para Chagas (1985) (3)

... enquanto o homem sentir-se um estranho, uma visita ou simples expectador nas salas de exposição do museu, não estará havendo transmissão e vivenciação cultural, quando muito ocorrerá uma simples memorização de fatos, nomes e coisas. Isto significa que a contemplação passiva é de todo incompatível com as funções educativa e social do Museu.

Carvalho (s.d.) (4) ao discutir a questão, afirma que "...a verdadeira função didática da escola e dos museus não é a de dar todos os conhecimentos, mas desenvolver o espírito analítico e pesquisador no estudante. É a verdadeira praxis libertadora, a educação através da conscientização e reflexão".

Através dessas definições sobre a função do museu, enquanto instituição educativa, percebe-se que esta possui um potencial de ensinamento, pois as portas estão abertas a qualquer público, porém é necessário que as atividades técnicas desenvolvidas nesta instituição tenham por objetivo a sua função educativa, social e cultural.

Com relação à cultura, Magalhães (1985) (5), coloca que: "uma cultura é avaliada no tempo e se insere no processo histórico, não só pela diversidade dos elementos que a constituem, ou pela qualidade de representações que dela emergem, mas sobretudo por sua continuidade..."

O que o autor define como sendo as

modificações e alterações num processo aberto e flexível, de constante realimentação o que garante a uma cultura sua sobrevivência(...), feita de mudanças, alterações e eventualmente até rupturas, não se confunde com a defesa do passado ou do elitismo cultural.(...) não tem sentido a memória apenas para guardar o passado.

Essa concepção de cultura, não é utilizada na definição do que seja bem cultural, historicamente definido como os acervos culturais da etnia branca e sua elite civil, militar ou eclesiástica, norteadas por uma política cultural de "pedra e cal", onde o fazer popular não permeia as políticas culturais estabelecidas a nível governamental.

Para Magalhães (1985) (6), o conceito de bem cultural no Brasil

continua restrito aos bens móveis e imóveis, contendo ou não valor criativo; impregnado de valor histórico (essencialmente voltados para o passado), quase sempre de apreciação elitista, porém permeando estão os bens inseridos na dinâmica viva do cotidiano, o fazer popular que não são considerados nem utilizados na formulação das políticas econômicas e tecnológicas.

Dessa forma, a sistematização dos acervos museológicos é centrada no passado, passado esse, traduzido nas exposições através de móveis, roupas e utensílios de determinados grupos sociais, numa abordagem puramente factual, buscando dar como conjunto, visões parciais da realidade que pretende compor uma totalidade, através de uma percepção difusa, no que se refere a compreensão da multiplicidade dos aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos refletidos no bem cultural. "Não que o museu devesse jogar no lixo as suas belas liteiras! Pelo contrário! Mas que passe a apresentá-las sem omitir os homens que

as carregavam, os que iam dentro e as diferenças entre eles, única forma de dar perspectiva e profundidade ao presente". (SUANO: 83)

Com relação às políticas culturais implementadas a partir da iniciativa do Estado, fica evidenciado, em algumas ações de intelectuais responsáveis pela elaboração de projetos nessa área a preocupação em romper com essas políticas culturais elitistas.

Em 1936, Mário de Andrade, evidencia essa preocupação, quando encarregado de elaborar um projeto para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), demonstra uma visão avançada do seu tempo histórico, uma vez que suas proposições ultrapassavam a simples preservação da cultura de determinados segmentos da sociedade.

Através das análises realizadas por alguns estudiosos sobre o trabalho intelectual e em particular na área da Cultura, de Mário de Andrade, torna-se possível a compreensão e contextualização das suas propostas.

Analisando o projeto de criação do SPHAN, elaborado por Mário de Andrade, Lemos (1982) (7), mostra que este se "preocupava com a preservação demonstrando a necessidade em catalogar todas as manifestações do homem brasileiro, não só seus artefatos, mas também a sua música, usos e costumes e o saber fazer".

Segundo Feijó (1983) (8), o aspecto mais importante do trabalho de Mário de Andrade, foi a democratização cultural, colocando que a "grande preocupação de Mário de Andrade era a de aproximar a 'cultura popular' da 'cultura erudita', como ele estabelecia um mesmo critério de valor a ambas, não as queria separadas (...) democratizar seria, então aproximar culturas; não isolá-las".

A questão da definição de uma política cultural, passou também por uma discussão sobre o papel do museu, no trabalho desenvolvido por Mário de Andrade. Segundo Lemos (1982) (9), ele

enfatizava a necessidade em catalogar e apresentar todas as manifestações culturais do homem brasileiro, definindo o museu como uma instituição educativa, de caráter dinâmico, apresentando os processos científicos, técnicos, sociais e industriais desenvolvidos pela ação humana em determinados momentos históricos.

Nesse contexto, Anísio Teixeira e alguns estudiosos da Escola Nova analisando a integração do museu no processo educativo, demonstraram a necessidade do museu se incorporar à educação regular de

forma precisa e coordenada e não como local de simples visitas anuais, por mais animadas que fossem. No campo da ação educativa supletiva do museu, através de contatos com associações, horário noturno de abertura, mudança de instalações, recursos audiovisuais, metodização das visitas.

Ao nosso ver, essas tentativas de conceituar o museu, na busca de inseri-lo no processo educativo, passa pela compreensão da sua dimensão pedagógica, seu papel e função como instituição educativa, que serão estabelecidos a partir de uma nova concepção das ações museológicas desenvolvidas no seu interior, como forma de viabilizar o objetivo fim que é o sentido educativo.

Neste sentido, no presente trabalho, tomamos a análise do processo da ação documental museológica tradicional, ao mesmo tempo em que realizaremos uma aplicação da nossa proposta, tendo a historicidade como substrato de análise para a compreensão do objeto museal, enquanto elemento educativo.

Desta forma, no próximo capítulo iremos discutir a instituição museu através da historicidade de sua dimensão pedagógica a partir de uma visão crítica da instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) VARINE, Hughes. O Futuro dos museus in ROJAS, Roberto et al. Os Museus do mundo. Rio de Janeiro: Salvat, 1987. p.94.
- (2) GIRAUDY, Daniele e BOUILHET, Henri. O Museu e a vida. Rio de Janeiro. F.N.Pró-Memória, 1990. p.11.
- (3) CHAGAS, Mário de Souza. A Dimensão pedagógica do museu. Boletim Programa de Museus n.6. F.N.Pró-Memória, 1985.
- (4) CARVALHO, Ione. Museus didáticos comunitários: fortalecimento da identidade cultural e sua função social hoje. [s.l.]. [s.d.], p.4. (mimeo.).
- (5) MAGALHÃES, Aloísio. E Triunfo??: a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p.17.
- (6) MAGALHÃES, Aloísio. id. p.19.
- (7) LEMOS, Carlos. O que é patrimônio histórico. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.39.
- (8) FEIJÓ, Martin César. O que é política cultural. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.54.
- (9) LEMOS, Carlos. op. cit. p.41.